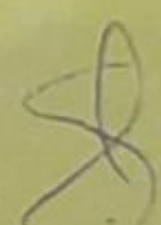
An abstract artwork featuring a central black silhouette of a person with arms outstretched. To the right, a large, stylized eye with a green iris and red outlines is prominent. The background is composed of various colored areas: blue, green, yellow, orange, and pink, with thick red lines swirling around the central figure. The overall style is expressive and somewhat chaotic.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

Jurema Garcia Machado

**O Trabalho Pedagógico do Ilê Mulher: diálogo e expressão
artístico-cultural como instrumentos de resgate da cidadania
da população em situação de rua**

Porto Alegre
Março, 2023



Jurema Garcia Machado

**O Trabalho Pedagógico do Ilê Mulher: diálogo e expressão
artístico-cultural como instrumentos de resgate da cidadania
da população em situação de rua**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Comissão de Graduação do
Curso de Pedagogia - Licenciatura da
Faculdade de Educação da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, como
requisito parcial e obrigatório para obtenção
do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Karine dos Santos

Porto Alegre

Março, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos André Bulhões

Vice-Reitora: Profa. Dra. Patrícia Pranke

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Diretora: Profa. Dra. Liliane Ferrari Giordani

Vice-Diretora: Profa. Dra. Aline Cunha

CIP - Catalogação na Publicação

Machado, Jurema Garcia

O Trabalho Pedagógico do Ilê Mulher: diálogo e expressão artístico-cultural como instrumentos de resgate da cidadania da população em situação de rua / Jurema Garcia Machado. -- 2024.

58 f.

Orientadora: Karine dos Santos.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Licenciatura em Pedagogia, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Ilê Mulher. 2. Trabalho Pedagógico. 3. População em Situação de Rua. I. Santos, Karine dos, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS

com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Faculdade de Educação (FACED)

Comissão de Graduação do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Av. Paulo Gama, s/nº. – Campus Centro. – Porto Alegre, RS. CEP: 90046-900.

Telefone: (51) 3308-4159 – E-mail: comgradedu@ufrgs.br

Jurema Garcia Machado

O Trabalho Pedagógico do Ilê Mulher: diálogo e expressão artístico-cultural como instrumentos de resgate da cidadania da população em situação de rua

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia - Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Karine dos Santos

Aprovado em 07 de fevereiro de 2024. Conceito final: A

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Karine dos Santos – Orientadora – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Juliana Ribeiro de Vargas Avaliadora – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Maurício Perondi Avaliador – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

A produção dessa pesquisa não se deu sozinha, tive o apoio de muitas pessoas, que de alguma forma contribuíram para que ela se concretizasse. Meu sincero agradecimento a todos e todas que de alguma maneira contribuíram para essa realização, em especial:

À minha mãe Alfrina Garcia Machado (in memorian), pelo exemplo de mulher guerreira, determinada que criou três filhos sozinha, com amor, carinho e o suor de seu trabalho, me ensinando a ter persistência na busca por nossos objetivos.

Aos meus filhos Daniele, Fabrício, Bárbara, Gabriel e Samuel, vocês são a minha energia, para seguir em frente.

Ao meu Marido Ronaldo, parceiro de vida, que abraça junto todos os meus projetos, obrigada por entender a ausência, mesmo quando eu estava presente.

À profa. Dra. Karine dos Santos pela orientação paciente, respeitosa e tranquilizadora, nos momentos de angústia.

Ao meu colega Carlos Alessandro da Silveira, pela coorientação amiga, mas também atenta me estimulando a buscar novos caminhos na pesquisa acadêmica.

À professora Liliana Maria Passerino (in memória) que me mostrou os primeiros passos de uma pesquisa acadêmica, pacientemente.

A todos os integrantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo do Ilê Mulher, gestores, coordenadores, educadores, colaboradores e usuários, obrigada pela acolhida e pela oportunidade de conhecer e poder trazer a público o importante trabalho produzido por esta instituição.

“Os maiores gritos são dados em silêncio”

Autor desconhecido

Esta frase foi dita por um usuário no dia 10/10/18, dia em que pisei pela primeira vez no Ilê Mulher até hoje reverbera em mim.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo compreender o **Trabalho Pedagógico** produzido pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculo do Ilê Mulher, para e com os sujeitos adultos em situação de rua. A Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher tem sua origem no ano 2000 com trabalho social destinado a mulheres trabalhadoras dos barracões das escolas de samba, percebendo que a vulnerabilidade social vai além da questão de gênero, redefini seu público passando a atender a população adulta de baixa ou nenhuma renda, priorizando a população em situação de rua. Este SCFV, seguindo as orientações da Resolução CNAS Nº 13, DE 13 DE MAIO DE 2014 disponibiliza atendimento a jovens e adultos com idade entre 18 a 59 anos, tendo como objetivo garantir a esta população um espaço de desenvolvimento das relações de afetividade, sociabilidade e o exercício da cidadania, assim como colocá-los em condições de acesso a políticas públicas e benefícios sociais garantidos por lei a pessoas em situação de rua. Para esta pesquisa optei por uma metodologia de estudo de caso de cunho qualitativo/interpretativo, fundamentada em referenciais teóricos como: Libâneo (2002), que discorre sobre a atuação do pedagogo em espaços de educação escolar e não escolar, Miguel Arroyo (2014), que nos convida a refletir sobre os diferentes sujeitos que chegam aos espaços educativos trazendo saberes diversos para os quais é preciso pensar outras pedagogias e Fuentes e Ferreira (2017), que apresentam o **Trabalho Pedagógico**, como o trabalho relacionado ao campo da Pedagogia que objetiva a produção do conhecimento, tendo dimensão política, histórica, social e pedagógica. Nesta perspectiva é possível ter uma visualização do **Trabalho Pedagógico** construído pelo SCFV do Ilê Mulher, circulando pelas suas dependências, onde tudo é pedagógico, educativo e acolhedor, tendo como centralidade o sujeito ali recebido.

Palavras chave: Ilê Mulher, Trabalho Pedagógico, População em Situação de rua,

ABSTRACT

This work of completion of the course aims to understand the pedagogical work produced by the Ilê Mulher's Living and Strengthening Service, to and with the adult subjects in home. The Ilê Mulher Cultural and Charitable Association has its origin in the year 2000 with social work designed for women workers of samba schools, realizing that social vulnerability goes beyond gender issue, redefines its audience to serve the adult population of low or no income, prioritizing the homeless population. This SCFV, following the guidelines of CNAS Resolution No. 13, of May 13, 2014 provides care to young people and adults aged 18 to 59 years, aiming to ensure this population a space for the development of relationships of affectivity, sociability and The exercise of citizenship, as well as putting them in conditions of access to public policies and social benefits guaranteed by law to homeless people. For this research I opted for a case study methodology of qualitative/interpretative nature, based on theoretical references such as: LIBINE (2002), which discusses the performance of the pedagogue in school and non -school education spaces, Miguel Arroyo (2014), who invites us to reflect on the different subjects who reach the educational spaces bringing various knowledge to which other pedagogies and fuente and Ferreira (2017), which present the pedagogical work, such as the work related to the field of pedagogy that aims to Production of knowledge, having political, historical, social and pedagogical dimension. In this perspective it is possible to have a visualization of the pedagogical work built by the SCFV of Ilê Mulher, circulating through its dependencies, where everything is pedagogical, educational and welcoming, having as centrality the subject received there.

Keywords: Ilê Mulher, pedagogical work, homeless population,

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Pinturas feitas pelos usuários	20
Imagem 2: Atividade com recortes e pinturas ao fundo	21
Imagem 3: Trabalho de cestaria.....	22
Imagem 4: Oficina de Saboaria.....	23
Imagem 5: Oficina de Artes.....	24
Imagem 6: Mandala dos Desejos.....	36
Imagem 7: Árvore dos Direitos.....	37
Imagem 8: Oficina de Saboaria.....	44
Imagem 9: Quadro da Sala de Artes.....	46
Imagem 10: Quadro Grupo de Convivência.....	49

LISTA DE SIGLAS

BDTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CRAS: Centro de Referência da Assistência Social
CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CNAS: Conselho Nacional de Assistência Social
CONGEMAS: Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social
DST: Doença sexualmente transmissível
EJA: Educação de Jovens e Adultos
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
FACED: Faculdade de Educação
FASC: Fundação de Assistência Social e Cidadania
FASE: Fundação de Atendimento Sócio Educativo
GTI: Grupo de Trabalho Interministerial
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS: Lei Orgânica de Assistência Social
MDH: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MDS: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social
MDSCF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MNCR: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MNPSR: Movimento Nacional da População em Situação de Rua
OSCs: Organizações da Sociedade Civil
ONGEP: Organização Não Governamental para Educação Popular
PPP: Projeto Político Pedagógico
PAEFI: Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos
PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNPSR: Política Nacional para a População em Situação de Rua
PNAS: Política Nacional de Assistência Social
POD: Programa de Oportunidades e Direitos
SCFV: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 METODOLOGIA	25
2.1 INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS	26
2.2 TRABALHO DE CAMPO.....	27
3 REFERENCIAL TEÓRICO	27
3.1 OS SUJEITOS NA RUA	28
3.2 SCFV–ADULTOS POP RUA–ILÊ MULHER UM CONVITE A CONHECER	35
3.3 TRABALHO PEDAGÓGICO	38
4 INSERÇÃO DE UMA PESQUISADORA CURIOSA	40
5 (IN)CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

1 INTRODUÇÃO

Começo a definir meu tema/pergunta de pesquisa, Como é **desenvolvido o Trabalho Pedagógico¹, para e com adultos em situação de rua no Serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, do Ilê Mulher?** Em outubro de 2018, quando conheci o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Ilê, em uma saída de campo prevista no cronograma da disciplina Educação: A criança e o adolescente excluídos da escola, sendo esta uma disciplina eletiva, disponibilizada aos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Para que entendam o porquê desta decisão é preciso que me conheçam um pouco mais. Eu Jurema Garcia Machado, nascida em um cortiço da Rua Mariante (Antiga Colônia Africana) no ano de 1960, sou fruto da união de Alfrina Dorneles Garcia e Ermelindo Nunes Machado, ambos negros, ela trabalhadora doméstica e ele trabalhador da construção civil. Sempre gostei de estudar, lembro do meu primeiro ano na Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Francisco Lisboa, das cantigas com a professora, da cartilha do Olavo, do avental branco com laço marinho na gola, o trajeto percorrido entre a escola e nossa casa, juntamente com meu irmão Ubirajara e minha irmã Iara, fazendo algumas travessuras infantis, como por exemplo: pular nas poças d'água em dia de chuva. O espaço escolar sempre foi muito significativo em minha vida, guardo na memória boas lembranças das escolas onde estudei, de colegas como a Valeska da escola Clotilde Batista (Canoas), 3º ano, a Maristela e a Rosangela, do extinto Grupo escolar Barão de Santo Ângelo, no 5º ano, assim como a querida professora Franquilina Cardoso. Com exceção da Rosangela, que encontrei anos depois em escola de Canoas, como professora de meu filho, as outras nunca mais as vi, mas seus rostos, seus sorrisos, o som de suas vozes ficou gravados na minha memória. Creio que isso refletiu na minha decisão de voltar a estudar depois de tantos anos.

Fui trabalhadora doméstica dos 12 aos 48 anos, seguindo o caminho percorrido pela maioria das mulheres de família negra, que ainda meninas,

¹**Trabalho Pedagógico**, com inicial maiúscula e negrito para destacar o tema central desta pesquisa.

aprendem a executarem as tarefas domésticas em casa, enquanto suas mães as executam em outras casas, para contribuir no sustento da família ou sendo como a maioria destas mulheres, as únicas responsáveis pelo sustento desta família. Por longos 21 anos estive afastada dos bancos escolares, entre dezembro de 1976 a março de 1998. Neste intervalo de tempo, casei, separei, casei novamente, tive três filhos e continuei exercendo a atividade de trabalhadora doméstica. Mesmo estando afastada do espaço escolar, cultivei o hábito da leitura, iniciado nos primeiros anos de escola com a Cartilha do Olavo e fortalecido com Erico Verissimo ao final do primeiro grau. Lia diariamente no tempo de deslocamento de ônibus, de casa até o trabalho e do trabalho para casa. Como não tinha condições de comprar livros, passo a ler os jornais descartados nas casas onde eu trabalhava, selecionando alguns escritos de cronistas como: Moacyr Scliar, Martha Medeiros e Luiz Fernando Veríssimo. Volto a estudar, pois meus filhos precisavam de auxílio com as tarefas escolares e eu não lembrava de quase nada, não me sentia capaz de contribuir na realização das tarefas escolares, na aprendizagem deles. Eles me motivaram a sair da zona de conforto, estudar, buscar o crescimento pessoal, mas ao mesmo tempo passavam mais horas sem a presença da mãe. Nesse período tive o apoio da minha mãe, que depois de um dia de trabalho, ainda participava da organização do banho e janta para os meus três filhos, pois meu marido também estudava à noite. Início o segundo grau, atual ensino médio, empolgada, feliz, estava fazendo o que sempre gostei, ler, escrever, estudar, interagir com colegas e professores. Estava tão feliz que nem sentia cansaço depois de um dia de faxina, enfrentava o transporte público lotado, para chegar à escola no bairro Mathias Velho, onde moro na cidade de Canoas.

Entre os anos de 2000 a 2009, tive outros dois filhos, concluí o ensino médio, minha mãe faleceu e paro de fazer faxina. Enfim, larguei a faxina de vez. Me inscrevo para seletiva de Agente de Endemias da prefeitura de Canoas. Sou selecionada e designada em parceria com algumas colegas a desenvolver trabalho preventivo a Dengue e ao surto de H1N1 (gripe A) nas escolas do bairro Mathias Velho, do qual sou moradora. Dentre estas estava a Escola de Ensino Fundamental Ceará, onde meu filho Gabriel estudava. Este período foi marcante na minha vida, estar em um lugar que eu sempre gostei, mas só frequentava

como mãe de aluno. O contato direto com as crianças, seus sorrisos, curiosidades, foi mágico, não quis mais sair de lá. Paro de trabalhar como Agente de Endemias, para cuidar melhor dos meus filhos menores e passo a ter uma participação efetiva nesta comunidade escolar. Em parceria com outras mães, desenvolvo um trabalho voluntário nesta escola, contribuindo com a organização de brechós e venda de lanches, arrecadando assim, verba para a compra de lâmpadas, troca de fechaduras e vidros das salas de aulas quando necessário. Estando mais tempo dentro da escola, sou convidada a participar do Círculo de Pais e Mestres, do Conselho escolar, e desempenho atividades como oficina dos Programas Mais Educação e Escola Aberta a convite da coordenadora pedagógica da escola, por um período letivo. Este convívio diário com a escola despertou em mim algo que estava adormecido, o gostar de estudar. Com o apoio da minha filha Daniele, que era graduanda do curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na época, começo um curso pré-vestibular em Canoas, do Programa de Oportunidades e Direitos (POD), sendo este disponibilizado pela Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e integração, em parceria com a Secretaria de Justiça dos Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul, que logo é interrompido por motivos de doença na família. Faço meu primeiro Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o vestibular UFRGS e não me classifico. Ano seguinte, cursinho pré-vestibular novamente, agora na Organização Não -Governamental para Educação Popular (ONGEP), espaço coordenado por alunos UFRGS, que voluntariamente dão aula para alunos de baixa renda moradores de Porto Alegre e região metropolitana. Vou a Porto Alegre de segunda a sexta- feira, cansativo, mas esse esforço foi fundamental para o meu desempenho no concurso vestibular. Acabo interrompendo novamente, por problema de saúde na família, pouco consigo estudar, mas não desisto. Faço a prova do Enem e o vestibular UFRGS. Sou classificada no vestibular 2016, meu nome é o último da quarta chamada. Recebi esta maravilhosa notícia da minha filha Daniele, que mesmo tendo um bebê com 15 dias, meu neto Sebastian, ainda assim acompanhava a chamada dos aprovados diariamente. Depois da correria, para reunir todos os documentos exigidos para matrícula e enviá-los na última hora, chega o dia da matrícula, enfim sou “BIXO UFRGS”. Então em agosto de 2016, chego à Faculdade de Educação

(Faced) para assistir à minha primeira aula. Ingresso nesta universidade aos 56 anos de idade, trazendo em minha bagagem de mulher negra, moradora da periferia canoense, sonhos, expectativas e medos. Sonhos esses, que não são somente meus, mas de toda uma gente, que como eu, saiu da escola precocemente para entrar no mercado de trabalho, no meu caso (trabalho doméstico) e anseia por uma oportunidade de mudança, ascender socialmente. As expectativas e o medo de um mundo antes nunca visto, nem imaginado, logo foram amenizados, interagindo com colegas e professores, percebendo então que assim como eu, os colegas tinham dúvidas, medos, limitações de aprendizagens, dificuldade com a leitura e entendimento da bibliografia sugerida nas disciplinas, visto que éramos a maioria de escola pública. Quando entendi isso, foi um alívio, passo a aceitar minhas dificuldades, me sentindo pertencente a este espaço, tenho assim a convicção de que este espaço, sim era meu por direito, sim direito das políticas públicas de Ações Afirmativas² uma reparação histórica, por séculos de escravidão ao povo negro.

Tenho um contato inicial com a educação social no segundo semestre do curso, no SEMINÁRIO INFÂNCIAS, JUVENTUDES E VIDA ADULTA ministrado pela professora Karine Santos, aonde conheci outros campos de atuação da pedagoga, além do espaço escolar, como por exemplo, a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE/RS), a Casa de acolhimento para mulheres em situação de violência doméstica, as bibliotecas públicas, dentre outros. No semestre (2018/2) ao selecionar as disciplinas obrigatórias do curso de pedagogia para matrícula, procuro incluir uma eletiva que estivesse relacionada a EJA, pois este é o percurso por mim escolhido, nesta busca encontro a disciplina Educação: A criança e o adolescente excluídos da escola e identifico ali os sujeitos da EJA. Hoje tenho a certeza de que esta escolha não foi somente por causa da EJA, mas ali me reconheci excluída da escola. Ao participar de uma saída de campo prevista no cronograma desta disciplina, conheço o Ilê Mulher (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV), um pouco de sua história, alguns de seus monitores e pessoas em situação de rua que ali estavam naquela

²As ações afirmativas são medidas compensatórias para combater desigualdades sociais históricas, promovendo a igualdade de oportunidades para aqueles grupos sociais que historicamente se encontravam excluídos das Universidades Públicas.

tarde. As poucas horas que ali passei junto de colegas, da professora, de uma coordenadora deste espaço e de algumas pessoas ali acolhidas, me tocaram muito, me afetaram intensamente. Os relatos feitos por essas pessoas me fizeram pensar o quanto muitas vezes somos insensíveis ao pedido de socorro do outro, aquelas palavras, aqueles olhares, as expressões de desalento naqueles rostos, ficaram gravadas na minha memória. Este encontro mudou meu modo de ver as pessoas em situação de rua e a importância daquele espaço de acolhimento. Durante muito tempo circulei pelas ruas de Porto Alegre, indo e vindo das casas onde trabalhava como diarista, cruzando com sujeitos em situação de rua, sem ao menos ter parado para pensar que estes assim como eu de alguma forma estavam excluídos, não somente da escola como também da sociedade, pois eu trabalhava muito e ganhava pouco, sem sobrar tempo e dinheiro para pensar em lazer e vida social. Confesso que muitas vezes tive medo, um olhar discriminatório, julgando pela aparência, ao invés de buscar compreender os motivos que levaram esses sujeitos a tal situação.

A Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, seguindo as orientações da Resolução CNAS Nº 13, DE 13 DE MAIO DE 2014³, disponibiliza atendimento a jovens e adultos com idade entre 18 a 59 anos, priorizando a população em situação de rua. Este serviço de convivência juntamente com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)⁴, região Centro, e ao Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS)⁵ integra a rede parceira da FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania) tendo como objetivo garantir às pessoas em risco social um espaço de interação com o outro, desenvolvendo relações de afetividade, sociabilidade e o exercício da cidadania, assim como colocá-los em condições de acesso a políticas públicas e benefícios sociais garantidos por lei a pessoas em situação de rua. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e o Caderno de Orientações PAIF/PAEFI (MDSCF, 2016) recomendam ao SCFV, responsável pelo atendimento a população em situação

³Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

⁴Centros de Referência de Assistência Social - CRAS (<https://prefeitura.poa.br/fasc/cras>).

⁵Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS (<https://prefeitura.poa.br/fasc/creas>).

de rua, o desenvolvimento de atividades em grupo, de no máximo 30 pessoas, devendo estas atividades ser planejadas com base nos três eixos orientadores do SCFV sendo estes: A convivência social; o direito de ser e a participação social. A partir desses eixos, nos encontros dos grupos, podem ser realizadas atividades de esporte, lazer, arte e cultura, estudos, reflexões, debates, dentre outros. Percebe-se aqui a sugestão ao desenvolvimento de um trabalho pedagógico, com planejamento, objetivos, intencionalidade e reflexivo, acredito que desta forma sejam executadas as oficinas do Ilê mulher.

Acredito na relevância deste tema de pesquisa, para conhecermos um pouco mais sobre a educação e seus processos pedagógicos, visto que segundo Libâneo (2002), ela acontece em ambientes e situações diversas como: na família, no trabalho, na rua, nos meios de comunicação, na política. Dividindo-se assim em: educação formal, educação informal e educação não formal.

O Trabalho Pedagógico desenvolvido pelo SCFV Ilê Mulher enquadrando-se na educação social precisa de um estudo, para melhor compreensão, pois, assim como eu, outros estudantes que ingressam no curso de pedagogia, desconhecem esta possível área de atuação do pedagogo. Proponho então, explorarmos a dimensão pedagógica sobre este trabalho pouco conhecido, mostrando seu trabalho para sociedade, para comunidade acadêmica, que pesquisa tanto, mas raramente refere-se a parcela tão generosa da sociedade que aumenta a cada dia em virtude das desigualdades econômicas, sociais e sanitárias, dentre outras. Falar sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos da Associação Ilê Mulher é dar voz, dar visibilidade a pessoa em situação de rua, é reconhecer a potência de um trabalho desenvolvido, com e para a população em situação de rua, buscando seu retorno à vida comunitária. Esta pesquisa tem como objetivo, compreender o **Trabalho Pedagógico** desenvolvido pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculo Ilê Mulher, para e com os sujeitos em situação de rua. Segundo Ferreira 2010, entende-se por **Trabalho Pedagógico**, todo trabalho cujas bases estejam de alguma forma relacionadas à Pedagogia, sendo assim indicando métodos, técnicas e avaliações, com intencionalidade relativa a produção de conhecimento, podendo ser executado por pessoa não licenciada ou fora da condição de professor.

Em busca de resposta ao meu tema de pesquisa, lanço mão de objetivos específicos como: Estudar os documentos institucionais identificando a história e proposta de trabalho; Reconhecer o cotidiano de trabalho/rotina da instituição no atendimento à população em situação de rua; Analisar o **Trabalho Pedagógico** do Ilê Mulher.

Após este capítulo, dou continuidade no **capítulo 2** com a descrição mais detalhada da metodologia de estudo de caso de cunho qualitativo/interpretativo, fundamentada em referenciais teóricos como: Libâneo (2002), que discorre sobre a atuação do pedagogo em espaços de educação escolar e não escolar, Miguel Arroyo (2014), que nos convida a refletir sobre os diferentes sujeitos que chegam aos espaços educativos trazendo saberes diversos para os quais é preciso pensar outras pedagogias e Fuentes e Ferreira (2017), descritos e refletidos no **capítulo 3**. No **capítulo 4** apresento as minhas inserções em campo enquanto uma pesquisadora curiosa. Já no **capítulo 5** destaco as minhas (in) conclusões, demonstrando os aspectos que se revelaram no percurso do trabalho de campo, enquanto **Trabalho Pedagógico** do Ilê Mulher. Por fim, as referências que me acompanharam.

ILÊ MULHER: UM POUCO DE HISTÓRIA

A Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher é uma entidade feminista, não sexista que nasceu durante o carnaval de 2000, nas comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil, período que o carnaval coincidiu com o Dia Internacional de luta da Mulher – 8 de março. Nesta oportunidade o Bloco do Ilê Mulher abre as festividades do carnaval Porto Alegre, tendo como integrantes 500 mulheres de diferentes cores, profissões, idades e religiões, objetivando dar visibilidade a essas mulheres, que trabalhavam com o carnaval, mas que não tinham a oportunidade de participar da festa. A participação no carnaval impulsionou esta entidade a seguir desenvolvendo temas voltados para as mulheres, como a garantia de segurança e acesso aos seus direitos.

Com a participação ativa do Ilê Mulher em diversas atividades sociais a associação repensou sua zona de atuação e decidiu estender o programa também para os homens. Através do viés da concepção de que a carência de

autoestima e de valorização da vida se estabelece além do gênero, quando relacionamos a população em vulnerabilidade social. Nessa perspectiva, em 2004, o Ilê Mulher passa a desenvolver projetos, programas e ações sociais voltadas para a população adulta de baixa ou nenhuma renda, priorizando pessoas em situação de rua. A Presidenta do Ilê Mulher Iara da Rosa e a Coordenadora Financeira Rosmari Castilhos contam um pouco dessa trajetória no vídeo disponível na nota de rodapé⁶.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para jovens e adultos (18 a 59 anos), em situação de rua foi instituído pela resolução nº 13 de 13 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. O serviço visa o fortalecimento de vínculos e oferta de espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social, desenvolvendo relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo.

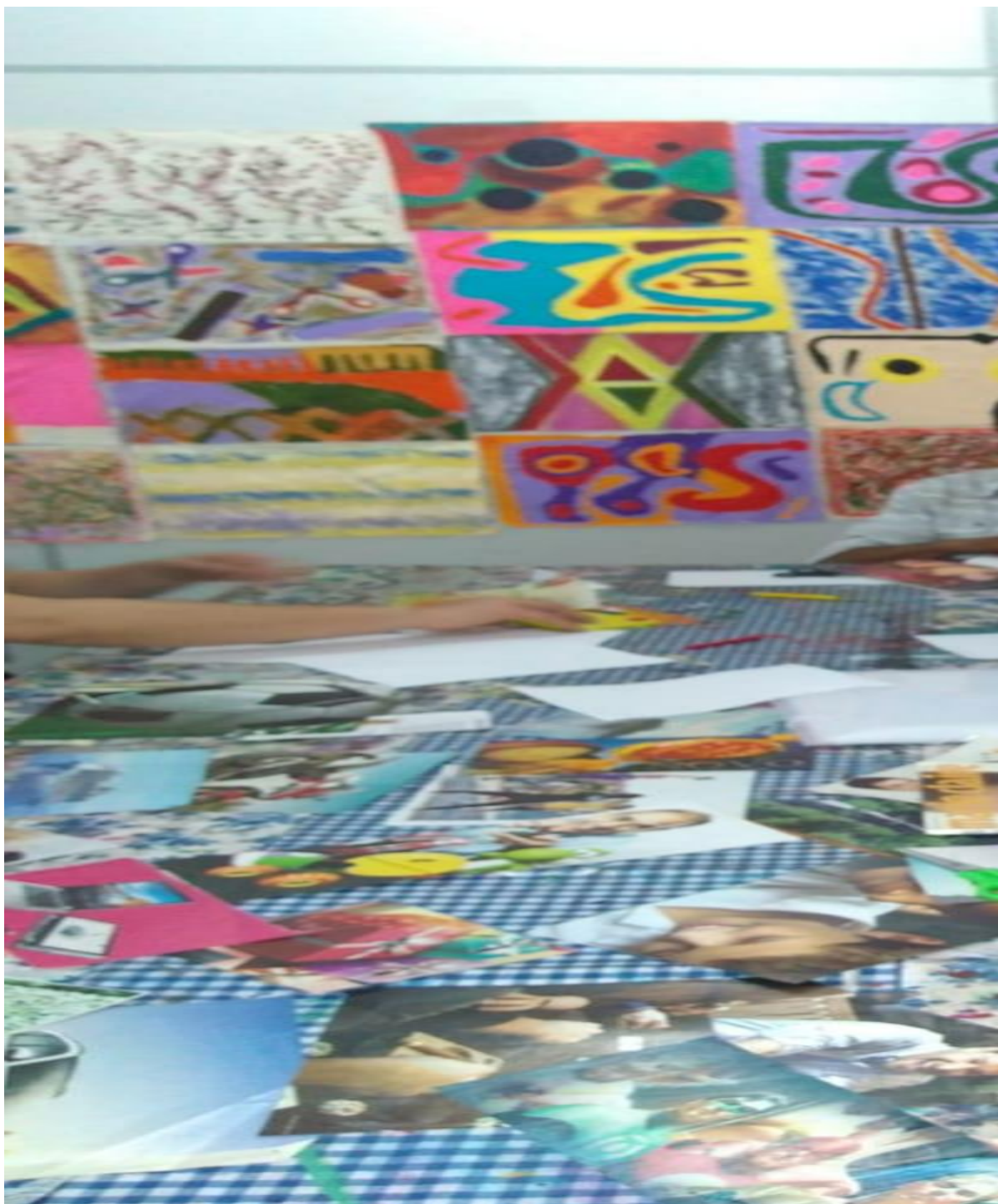
A implementação deste serviço se deu pela necessidade do resgate de vínculos pela potencialização das particularidades de grupos e indivíduos, reinserção social e pela prática contínua na busca da cidadania. Além de assegurar a valorização desses indivíduos e resgatar suas culturas e vivências que contribuem com o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade.

É importante destacar ainda que o Ilê Mulher que já fazia desenvolvia um trabalho voltado para populações em situação de rua desde 2004, passou, em 2016, a ser reconhecido como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

O SCFV Ilê Mulher funciona de segunda à sexta, das 09h às 11h30 e das 13h às 17h, atendendo cerca de 90 pessoas por dia (45 vagas pela manhã e 45 à tarde). No espaço são oferecidas as seguintes oficinas: Música, Rádio, Artes, Teatro, Inclusão Digital, Cidadania, Redução de Danos, Saúde Corporal, Corte e Costura, Saboaria e Macramê. Oferece também o Grupo de Convivência “Viver e Conviver” e o Cine Ilê que ocorre todas as sextas à tarde (o filme é escolhido pelos usuários). Este SCFV tem suas instalações no bairro floresta, área central de Porto alegre, região com grande número de pessoas em situação de rua, em virtude de ter um volume expressivo de comércios, circulação diária de pedestre e veículos, sendo assim um espaço de trabalho para esta população como:

⁶ <https://ilemulher.org.br/quem-somos/>

Imagem 2: atividade com recortes/ pinturas ao fundo



Arquivo da pesquisadora

Imagem 3: trabalho em cestaria



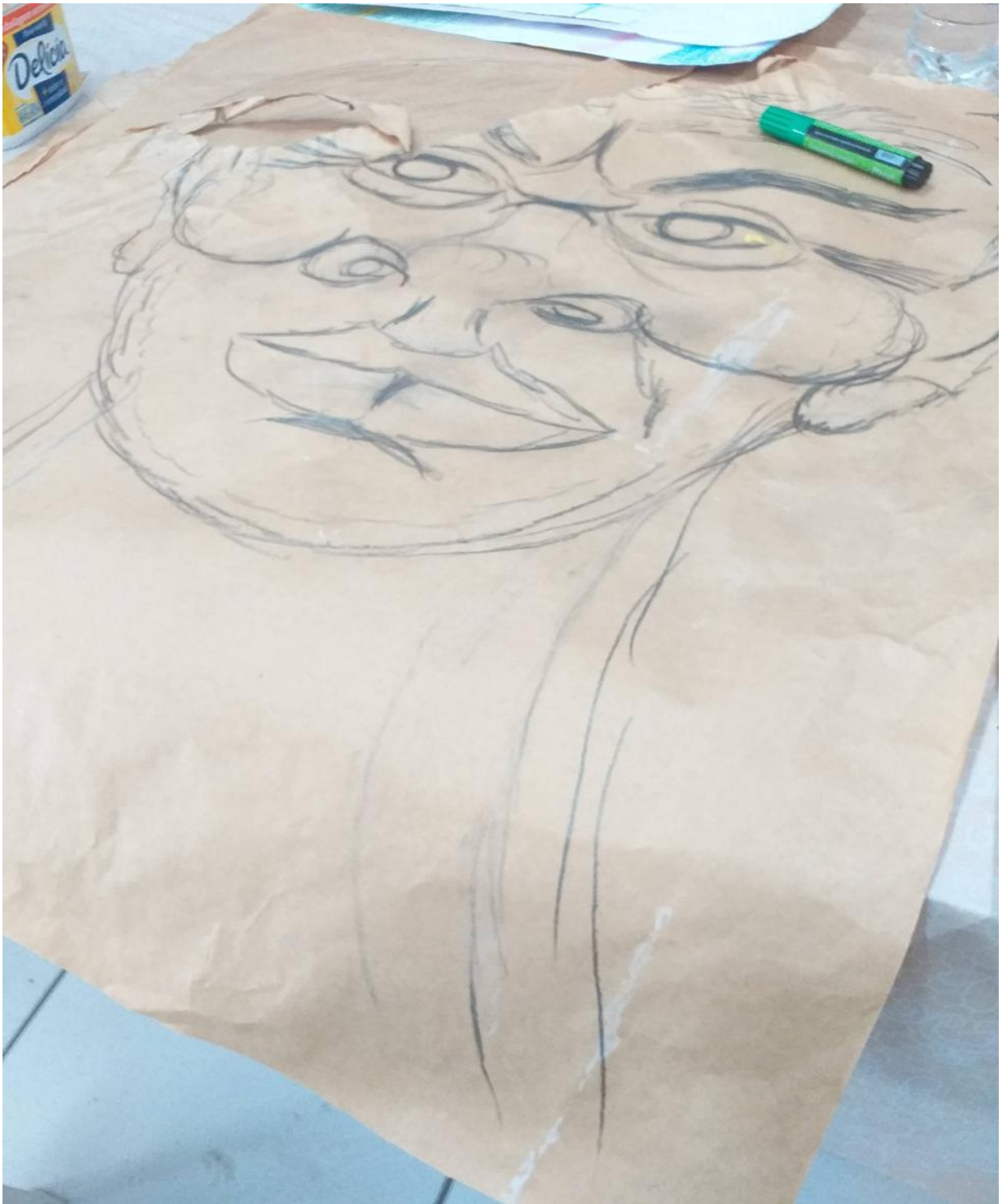
Arquivo da pesquisadora

Imagem 4: oficina de saboaria



Arquivo da pesquisadora

Imagem 5: Oficina de artes. Atividade 20 de novembro



Arquivo da pesquisadora

2 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresento o percurso metodológico que conduziu a busca por respostas ao meu problema de pesquisa, bem como os procedimentos e instrumentos utilizados na coleta de dados, para solucionar meus questionamentos.

Este estudo de caso tem uma abordagem qualitativa, pois, segundo Ludke, André (1986, p.18) em educação é possível termos estudo de caso qualitativo/naturalístico com algumas características que destaco a seguir.

- ❖ A busca por novos elementos importantes durante o estudo, sendo o conhecimento algo inacabado.
- ❖ A interpretação em contexto, para uma apreensão mais completa do objeto.
- ❖ O pesquisador recorre a variadas fontes de dados, em diferentes momentos, situações e tipos de informantes.
- ❖ Apresenta uma linguagem mais acessível, utilizando um estilo informal ilustrado por citações, exemplos e descrições.

Como procedimento metodológico optei por um estudo de caso, que para Lüdke, André (1986), assim como para Severino (2007), estuda algo em particular, podendo ser uma pessoa, grupo ou instituição, e representar casos ou situações semelhantes. O foco desta pesquisa é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo Ilê Mulher e o **Trabalho Pedagógico** desenvolvido, para e com pessoas em situação de rua, neste espaço educativo.

Começo minha pesquisa buscando fundamentação teórica em autores como José Carlos Libâneo, Miguel Arroyo, e também realizo busca por produções sobre o Serviço de convivência e fortalecimento de vínculo Ilê Mulher, em plataformas digitais, utilizando três descritores (Trabalho Pedagógico, educação não formal e adultos em situação de rua) com: google Acadêmico, Scielo, Lume UFRGS e BDTD, sem sucesso. Retorno a pesquisa digital nestas mesmas bases de dados, agora em busca de produções que tivessem como palavras chaves: trabalho pedagógico, adulto em situação de rua e educação não formal, tendo pouco retorno. Falarei sobre esta etapa da pesquisa no próximo capítulo.

Em busca de respostas ao meu questionamento, lanço mão de instrumentos metodológicos como:

- ❖ Observação participante:
- ❖ Análise documental: institucionais (regimento interno, estatuto, PPP).

2.1 INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

Observação Participante

A observação participante, segundo Minayo (2007), é uma etapa importante na coleta de dados em uma pesquisa qualitativa, onde o pesquisador vivencia o cotidiano do seu objeto de pesquisa.

O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente.

Envolvendo-se no cotidiano de seu objeto de estudo, o pesquisador cria relações com este espaço, equipe e usuários⁷ que por ali circulam, buscando compreender as relações entre eles, com olhos e ouvidos atentos, assim como esperando captar informações opacas e silenciosas, que venha enriquecer a pesquisa, pois a dinâmica deste espaço, não se dá somente nas atividades, podendo existir algum tensionamento ou embate entre os integrantes deste espaço que não esteja visível.

Análise documental

Análise de documentos desta instituição como: regimento interno, estatuto, Projeto Político Pedagógico (PPP), complementa a observação participante no sentido de conferir informações, registros, anotações do que é, de como foi pensado, estruturado o Ilê Mulher e sua proposta de atuação com populações em

⁷A expressão usuários é utilizada para identificar os sujeitos que buscam pelos serviços da Política Nacional de Assistência Social.

situação de rua. O contrário também é possível, ou seja, a observação participante, como método que permite vivenciar a realidade dos fatos, foi utilizada com o objetivo de superar uma das limitações da análise documental apontada: a falta da vivência do fenômeno para melhor representá-lo. (OLIVEIRA, 2007)

“Os documentos são registros escritos que proporcionam informações em prol da compreensão dos fatos e relações, ou seja, possibilitam conhecer o período histórico e social das ações e reconstruir os fatos e seus antecedentes, pois se constituem em manifestações registradas de aspectos da vida social de determinado grupo”. (OLIVEIRA, 2007).

2.2 TRABALHO DE CAMPO

Para a elaboração desta pesquisa, realizei uma observação participante na Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher pelo período de mais ou menos 60 dias, entre outubro de 2022 e abril de 2023, sendo dois dias na semana, terças e quartas-feiras, das 08 às 12 horas, com o objetivo de vivenciar algumas oficinas ofertadas neste espaço educativo e assim compreender o **Trabalho Pedagógico** ali elaborado. Inicialmente participei das oficinas de Saboaria e Artes, bem como de duas reuniões de equipe. Nestas oficinas colaborei na organização e realização das mesmas, e também fazendo o registro fotográfico das atividades. Posteriormente, passo a observar e participar das oficinas de Música e do Grupo de convivência, pois notei o interesse dos usuários pela música e fiquei curiosa para conhecer o Grupo de Convivência, saber quais atividades eram realizadas, e quais assuntos tratado nos encontros deste grupo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção apresento os trabalhos que fundamentam esta pesquisa auxiliando a compreender o “**Trabalho Pedagógico** construído para e com a população em situação de rua no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo Ilê Mulher”. Uma vez que o meu objeto de pesquisa é o SCFV Ilê Mulher e o **Trabalho Pedagógico**. Sendo assim direciono meu olhar aos serviços e políticas públicas para a população em situação de rua.

3.1 OS SUJEITOS NA RUA

Início este parágrafo me perguntando quem são os sujeitos em situação de rua? Como já disse na introdução, por muito tempo cruzei por eles nas ruas de Porto Alegre, indo e vindo na correria da vida doméstica, como profissional e cuidadora da minha própria família, olhando-os rapidamente, sem deter o olhar. Fiquei pensando como pude olhar para alguém e não vê-lo? Enfim chego ao entendimento, que sim, inúmeras vezes eu passei por pessoas em situação de rua, sem vê-los, focada nos meus problemas e lembro de José Saramago (1995) em Ensaio Sobre a Cegueira "*Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara*", nos chamando à responsabilidade social. Se podemos ver e reparar algo de errado com o próximo, é nosso dever enquanto ser humano, cidadão pertencente a sociedade, auxiliar de alguma forma para que o nosso semelhante tenha uma vida digna.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua: direitos garantidos em papel

A população em situação de rua é reconhecida como sendo um,

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (MDH, 2021, p.3)

Para se chegar a essa definição é importante retomar o contexto legal que originou a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) em 2004 e que regulamentou a visibilidade dessa população e assegurou direitos específicos que antes eram negligenciados por não existirem.

A Constituição federal de 1988, que tem dentre os seus objetivos fundamentais, prevê:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
 - II - garantir o desenvolvimento nacional;
 - III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
 - IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- Em seus artigos 5º e 6º:
- Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no

País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade,

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

Para a implementação e execução dos direitos sociais contidos no art.6º da constituição foi instituída a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a partir da Resolução Nº 145, de outubro de 2004, tendo como público alvo pessoas e grupos que estejam desprotegidos, passando por situações complicadas como o desemprego, conflito familiar e envolvimento com drogas. (PNAS, 2004, p.33)

Assim como a Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional de Assistência Social, temos desde 1993 a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) definindo em seu Art. 1º a assistência social como:

Direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

E também em seu Art. 2º, definindo os objetivos da assistência:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

A Lei Orgânica de Assistência Social (1993) passou por algumas alterações em (2003 e 2005) quando a Lei 11.258, 30/12/05, altera o parágrafo único do art. 23 das LOAS: “Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: (...) II - às pessoas que vivem em situação de rua.” Estabelece a obrigatoriedade de criação de programas direcionados à população em situação de rua em situação de rua, no âmbito da organização dos serviços de assistência social, numa perspectiva de ação intersetorial.

Mesmo que todas essas leis tragam em seus princípios, fundamentos e objetivos a proposta de melhoria das condições de vida do cidadão brasileiro, em específico o cidadão de baixa renda, desempregado, com problemas de saúde e dificuldades econômicas, conseqüentemente correndo risco social, ainda é possível ver o quão distante está a efetividade, a garantia desses direitos. Na realidade é problemática as condições de vida de um número significativo da população nas grandes cidades brasileiras. O desemprego e a pobreza extrema têm motivado a vulnerabilidade e a exclusão social, fazendo com que a maior parte desta gente tenha como destino a rua.

O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) tem sua origem no ano de 2005, após o Massacre da Praça da Sé, ocorrido em 19 de agosto de 2004, em que moradores em situação de rua foram assassinados por meio de golpes na cabeça. Fica então o dia 19 de agosto instituído como o "Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua".

A partir deste episódio a população em situação de rua organiza-se, firmando parceria com os catadores de materiais recicláveis (MNCR), para reivindicar seus direitos. Nasceu então no dia 5 de setembro de 2005 o Movimento Nacional da População de Rua (FURTADO, 2017, p. 47). Ainda neste mês de setembro aconteceu o I Encontro Nacional Sobre População em Situação de Rua, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2005). Neste encontro foram apresentados e discutidos os desafios e estratégias na elaboração de políticas públicas nacionais para esta população; Informado aos governos municipais, organizações da sociedade civil (OSCs) e entidades representativas da população em situação de rua, sobre as ações realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome (MDS), em relação às políticas públicas para a população em situação de rua. Conhecidas as principais demandas que estão sendo dirigidas ao Estado, em suas três esferas administrativas, pelas entidades representativas da população em situação de rua, dentre outras.⁸

⁸ I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. Estiveram presentes neste encontro dois representantes da Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/017-1.pdf>

Como resultado deste encontro em outubro de 2006, o governo instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para Elaboração da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua. O GTI reuniu o MDS, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República e Defensoria Pública da União, além da participação de representantes do MNPR, da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS), representando a sociedade civil organizada. O GTI manteve reuniões deliberativas ao longo de 48 meses.

Em dezembro de 2006 o governo federal através da portaria nº 381, repassa fundos para os municípios com mais de 250 mil habitantes tendo como objetivo o acolhimento institucional, diminuindo assim o sofrimento da população em situação de rua.

A partir da aprovação da RESOLUÇÃO Nº 109, de 11 DE novembro de 2009, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, foi possível viabilizar a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais. A proteção social especial divide-se em alta e média complexidade, sendo esta última responsável pelo acolhimento a população em situação de rua, que conforme suas demandas ou violações de direitos pode ser atendida em diversos serviços tipificados, como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Abordagem Social.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, atendendo a demandas de organizações sociais, do MNPR, que reivindicando direitos da população em situação de rua, solicitam a realização do I Censo Nacional da

População em Situação de Rua. Segundo Rodrigues e Quiroga (MDS, 2009, p.11), este Censo de envergadura inédita, teve sua execução entre agosto de 2007 e março de 2008, identificando 31.922 pessoas em situação de rua, maiores de 18 anos, distribuídas entre as 71 cidades pesquisadas. Somados a essas 31.9992 pessoas estão outras 13.915 resultantes das pesquisas realizadas nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte e Recife. Sendo assim este número passa a ser 45.837 pessoas em situação de rua no ano de 2008. (Menezes e Grassi, 2022, p.8)

Este Censo teve como base metodológica os censos realizados anteriormente pelas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Recife. Com o auxílio de ex-moradores de rua, integrantes da pastoral da fome e outros representantes de movimentos sociais que trabalham em prol da população em situação de rua, foi possível os pesquisadores da empresa de pesquisa Meta⁹, e outros profissionais envolvidos no censo, encontrarem e entrevistarem cada um e cada uma nos mais diversos lugares. (MDS, 2009, p.17)

Censos e cadastros populacionais podem ser considerados, de acordo com James Scott (1998), importantes modos de produção de legibilidade, um dos problemas centrais nos modos de fazer Estado. Segundo Scott (1998), as práticas de legibilidade seriam espécies de “mapas abreviados”, os quais possibilitaram refazer as realidades que retratam através dos processos de racionalização, padronização e simplificação. Entretanto, como um de nós já escreveu anteriormente (Schuch, 2015), às práticas de legibilidade também podem fazer mais do que aumentar a potência estatal, sendo importantes instrumentos para tornar visível determinadas populações, no entrecruzamento com as políticas que lhes são destinadas. Isto é, se os censos e cadastros populacionais podem ser considerados modos pelos quais determinadas formas de intervenção social tornam-se possíveis, eles são também vias relevantes de produção de sujeitos e, sobretudo, são oportunidades onde novas lutas e inscrições políticas são possíveis. (UFRGS, 2016, p.13)

Conforme estudo desenvolvido pelo MDS (2008), a população em situação de rua tinha como perfil: A prevalência masculina, 82%; A prevalência negra, 67%; Idade entre 25 e 44, 53%; Que exerciam alguma atividade remunerada, 70,9

⁹Empresa contratada por meio de edital público para realização do Censo.

%; Tinham como renda entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais, 52,6%. (MDS, 2009, p. 86)

Dentre os entrevistados, 74% sabiam ler e escrever, 17,1% não sabiam escrever e 8,3% só sabiam escrever o próprio nome. Parcela considerável desta população é oriunda do município onde se encontra ou local próximo, 51,9%. Dos entrevistados possuem algum parente residente na cidade onde se encontram, porém 38,9% deles não mantêm contato com esses parentes.

As principais razões pelas quais essas pessoas estão em situação de rua são: alcoolismo/drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%), podendo o tempo de permanência na rua variar entre 2 (48,4%) a 5 anos dormindo em abrigos ou na rua (30%), a maioria costuma dormir na rua (69,6%) e um grupo menor (22,1%) prefere ir para albergues ou outra instituição de amparo social, tendo uma parcela de (8,3 %) que alterna entre a rua e uma das possibilidades citadas.(MDS, 2009, p.87)

Relataram discriminações como: impedimento de embarque em transporte coletivo e ao acesso a rede de saúde e outros órgãos públicos, locais que deveriam acolher, pois como todo cidadão tem direito a ir e vir, tudo que é público, supõe-se ser de uso coletivo ou a serviço do cidadão. Quando questionados sobre suas participações em movimentos sociais, 95,5% não participam, deixando assim de reivindicar seus direitos, muitas vezes negados, tendo muito mais dificuldades ao acesso à alimentação, à educação, à habitação, ao atendimento médico e exames, dentre outros. Esta não participação pode estar ligada a falta de informação, ou receio pensando ser este movimento mais uma forma de exploração, ou não se sentindo merecedor de direito e atenção, estando assim se auto sabotando, através da sua liberdade de escolha. Uma parte significativa deste grupo (61,6%), não exerceram o seu direito ao voto, assim como outros tantos (24,8%) não possuíam documentos de identificação. Neste primeiro censo 88,5% afirmaram não receber benefícios da união e entre os benefícios recebidos destacam-se: aposentadoria (3,2%), bolsa família (2,3%), Benefício de Prestação Continuada (1,3%). (MDS 2009, p.89)

O II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua previsto para os dias 19 e 20 de maio de 2009, em Brasília, representou um marco fundamental no caminho da conquista de políticas públicas que superem o atraso e descaso

dos governantes, uma dívida histórica em relação à população em situação de rua. (O TRECHEIRO, 2009)

Em relação à População em Situação de Rua (PSR) no Rio Grande do Sul, foram realizadas quatro pesquisas, uma com abrangência na região metropolitana (2017) e outras três especificamente com maiores de 18 anos na cidade de Porto Alegre. Estas pesquisas foram realizadas pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Sendo estes os anos e números de adultos recenseados na capital gaúcha: 2007(1.203); 2011(1.347) e 2016 (1.758). Em março de 2022, segundo o Cadastro Único, havia 2.045 pessoas em situação de rua em Porto Alegre, Sendo 87% do sexo masculino (Menezes e Grassi,2022, p.6)

Conforme estimativa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicada em 2016, indicava 101.854 pessoas vivendo em situação de rua no Brasil. Na publicação seguinte, em março de 2020 esta mesma população passa a 222 mil, tendo um crescimento de 140% entre 2012 e 2020, segundo dados contidos no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) e no censo anual do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas), que trazem informações das secretarias municipais. (BRASIL, 2020, p.4)

Em publicação recente (fevereiro de 2023) o Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada (IPEA) revela que a população em situação de rua superou as 281 mil pessoas no Brasil em 2022, situação que vinha numa crescente e se agravou com a pandemia de Covid 19.

Sim, é alarmante!! São crianças, jovens, adultos, idosos e famílias, morando embaixo de viadutos, pontes, imóveis abandonados ou tendo marquises de edifícios como lar ou dormitório. Neste trabalho focaremos na população jovem e adulta (18 a 59 anos) em situação de rua, faixa etária atendida pelo SCFV do Ilê Mulher.

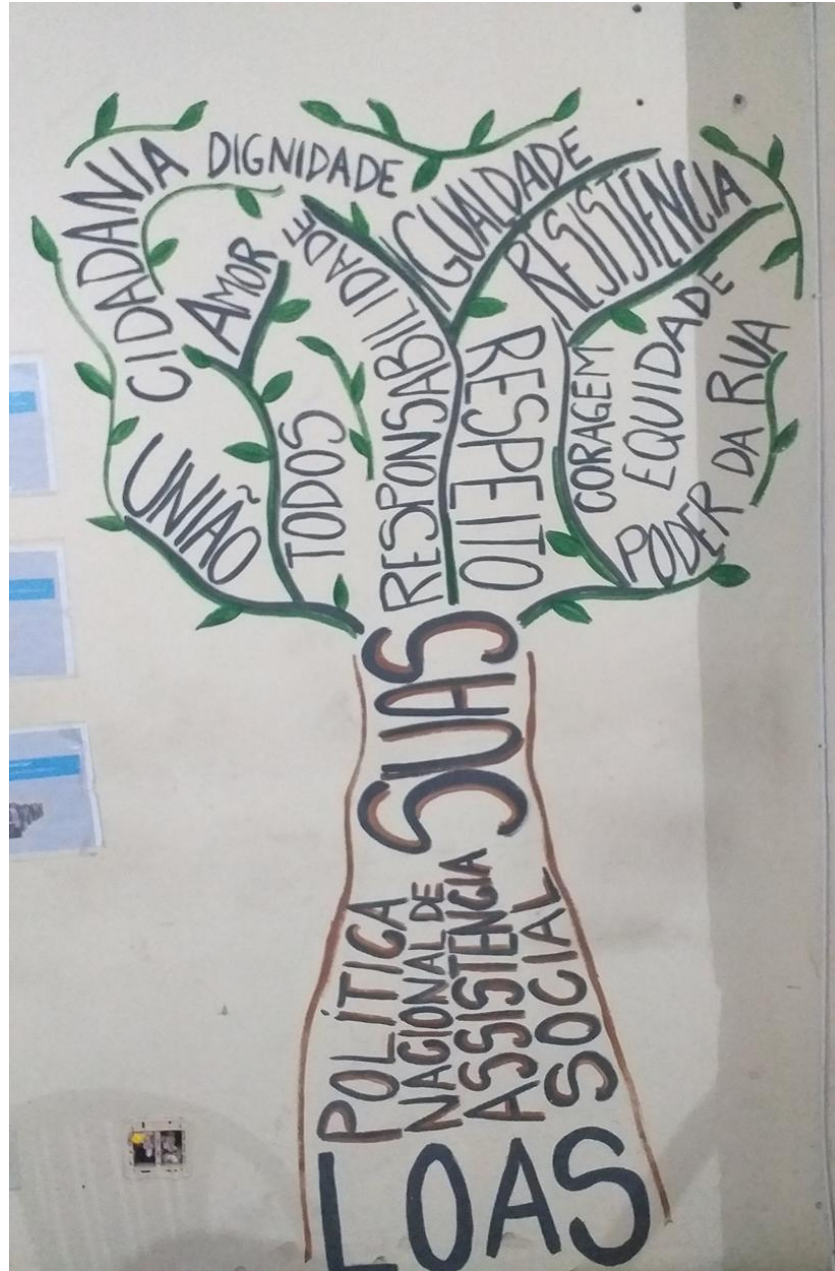
3.2 S.C.F.V – Adultos POP RUA – ILÊ MULHER: um convite a conhecer

Ao chegar à frente do SCFV Ilê Mulher, faltando alguns minutos para as 8 horas, horário em que o SCFV abre a porta para o atendimento ao seu público, encontrei cerca de 15 pessoas organizadas em fila aguardando o horário de

entrada. Assim que adentramos ao espaço do Ilê encontramos cartazes que solicitam: um documento de identificação, o uso de máscara, a lavagem das mãos, o uso de álcool gel (protocolo de cuidados Covid19) e também um porta bituca, para os fumantes. Este acolhimento é realizado por um educador/recepcionista, que nos recebe com sorriso no rosto, encaminhando-nos ao balcão de atendimento, local de identificação e do armário, para que os usuários guardem seus pertences caso seja necessário.

Subimos uma escada que leva ao mezanino, onde está o coração do Ilê, onde acontecem às tomadas de decisões da equipe, são ministradas a maioria das oficinas e são atendidos os usuários, quando preciso. No topo desta escada tem um pequeno corredor que dá acesso ao auditório, sanitário dos usuários e refeitório, nas paredes tem cartazes trazendo informações sobre DST (doenças sexualmente transmissíveis) e uma cesta com preservativos disponíveis. O auditório é uma sala ampla com televisão, equipamento áudio visual, cadeiras e ventiladores. As paredes do auditório refletem a construção coletiva que acontece no SCFV, os acordos de convivência, a Mandala dos desejos e a Árvore dos direitos, uma lista de lugares onde se sentem seguros, e lugares hostis elaborados pelos usuários do grupo de convivência.

É neste espaço que os usuários ficam assistindo o noticiário ou filme, enquanto aguardam o início das oficinas após chegarem ao Ilê. Saindo do auditório logo a frente está o refeitório, local organizado para preparação, conservação e consumo da alimentação servida aos usuários. Neste espaço também as paredes falam, com informações importantes sobre cidadania, direitos e saúde. Seguindo em frente temos o corredor de acesso às demais dependências do Ilê. À nossa frente temos a sala da coordenação, do lado esquerdo uma escada que dá acesso a sala da oficina de saboaria e à direita temos a sala de artes, com amplo quadro cheio de mensagens deixadas pelos usuários. Voltando para o corredor temos a biblioteca e uma estante com belíssimos trabalhos produzidos pelos usuários do SCFV, utilizando a técnica de reciclagem com jornal. Ainda no corredor temos a sala de informática, a sala da assistência social e a sala de música com proteção acústica. Todas as salas têm a parte de cima da parede envidraçada, para que seja possível o contato visual.



Arquivo da pesquisadora

3.3 Trabalho Pedagógico

Com o objetivo de compor concepções e fundamentos sobre o **Trabalho Pedagógico**, foram realizadas pesquisas nas bases de dados BDTD e CAPES, tendo como descritor o próprio **Trabalho Pedagógico**. Como resultado dessas buscas, foram encontrados um número expressivo de trabalhos, sendo que em sua maioria, sem relação direta com a proposta deste estudo, no entendimento de que na literatura convencional as questões inerentes ao **Trabalho Pedagógico** dizem respeito às ações desenvolvidas especificamente no ambiente escolar. Em vista disso, optei por aproximar as ideias das poucas produções referentes a espaços não escolares com algumas do espaço escolar, entendendo que é possível fazer esta costura dialógica entre essas, tendo em vista que a proposta de ambos é a produção de conhecimento através da interlocução entre os sujeitos.

Vários autores discorrem sobre o **Trabalho Pedagógico**, temos então muitas ideias, quase todas relacionadas ao espaço escolar, poucas relativas aos espaços educativos além da escola. Então, como identificar o trabalho que é realizado em outros espaços educativos? Será um **Trabalho Pedagógico**?

Instigada, busco respaldo em Miguel Arroyo (2014) que nos fala sobre outras pedagogias que os sujeitos trazem em sua bagagem cultural e que nós enquanto educadores precisamos estar aberto para recebê-los, acolhê-los com afeto, respeitando sua história de vida. Entendo que é assim que o trabalho educativo precisa ser balizado. Logo, parafraseando Libâneo (2002) e a sociedade pedagógica, que nos define como uma população que aprende e ensina/ ensina e aprende no convívio social, na interação com o outro e com o ambiente à sua volta, compreendo que essa pedagogia precisa ser ampla, direcionada ao desenvolvimento integral e capaz de provocar mudanças. Assim, chego a afirmação de que estarei buscando nos autores que encontrei a combinação que relacione o **Trabalho com o Pedagógico**. Seria isso possível?

Sinalizando uma ampla discussão sobre **Trabalho Pedagógico**, Ferreira (2010) diz que: entende-se por **Trabalho Pedagógico** todo o trabalho cujas bases estejam de alguma forma relacionadas à pedagogia, indicando:

- ❖ Métodos
- ❖ Intencionalidades
- ❖ Objetivos e avaliações

Podendo ser realizado por sujeitos não licenciados ou não estão na condição de professores. Se este **Trabalho Pedagógico** for realizado em instituição educacional – representa o projeto pedagógico institucional amplo e coerente.

Além do mais, Ferreira (2010), traz um panorama das pesquisas direcionadas ao **Trabalho pedagógico** ao longo do tempo a começar por Comenius, no século XVII, na tentativa de elaborar uma prescrição de um trabalho pedagógico universal, passando por Kant (1724-1804), entre outros que abordam o **Trabalho Pedagógico** por um viés crítico, levando em conta o contexto social, onde o trabalho dos professores tem traços capitalistas, sendo precarizado, fragmentado e intensificado.

Seguindo a linha da criticidade, Howes (2023), primeiramente discorre sobre a categoria **Trabalho Pedagógico**, tendo como objetivo trazer contribuições para uma certa conceituação da categoria **Trabalho Pedagógico** e a sua preponderância frente aos dilemas e desafios das Políticas Educacionais. Na sequência, apresenta algumas determinações das categorias “trabalho” e “pedagógico”, com o propósito estruturar um lastro conceitual sobre o qual se buscará fazer a crítica do **Trabalho Pedagógico**.

Denomina-se pedagógico o conjunto de elementos que são intercomplementares e estão imbricados em um projeto de educação: os movimentos, os poderes, as crenças, as linguagens, as subjetividades e as rotinas. Quando o pedagógico está inserido na escola, apresenta-se regulamentado, institucionalizado, normatizado, além de incidirem sobre ele determinadas relações de poderes, próprias daquele espaço e daquele tempo. O pedagógico é, então, entendido como um elemento relacional entre os sujeitos, não existe *a priori*, nem tampouco existe senão na interação, através da linguagem, perpassando toda a dinâmica da educação e, mais precisamente, é a centralidade do trabalho dos professores. Conhecer tal centralidade, tendo os professores como sujeitos, significa adentrar cada vez mais no arcabouço epistemológico que fundamenta a práxis pedagógica, ou seja, entender e dar novos sentidos a um cotidiano, o que exige um contínuo estudo, visitar os teóricos da educação como fontes para comparar a proposta de aula, redimensioná-la e, até mesmo, entendê-la. Assim, o trabalho pedagógico se revitaliza, tornando-se planejado, teoricamente sustentado, socialmente elaborado conforme intencionalidades e conhecimentos. (FERREIRA, 2010)

Fuentes e Ferreira (2017), apresentam o **Trabalho Pedagógico**, como o trabalho relacionado ao campo da Pedagogia que objetiva a produção do conhecimento. Fundamentadas nesse conceito amplo, foram elaboradas, pelo

autor, subcategorias, dividindo o **Trabalho Pedagógico** em dimensões, dissertando sobre cada uma delas e ao final articula-as sendo estas:

- ❖ Dimensão histórica ontológica
- ❖ Dimensão social
- ❖ Dimensão pedagógica
- ❖ Dimensão política

Ademais, Ferreira (2010) esclarece que o **Trabalho Pedagógico**,

Por trabalho pedagógico entende-se todo o trabalho cujas bases estejam, de alguma forma, relacionadas à Pedagogia, evidenciando, portanto, métodos, técnicas, avaliação intencionalmente planejadas e tendo em vista o alcance de objetivos relativos à produção de conhecimentos. (Online).

Em definitivo, para este estudo, a compreensão de **Trabalho Pedagógico** ganha sentido a partir da visualização mais ampla do trabalho que se propõe o Ilê Mulher. Entendendo que **Trabalho Pedagógico** é distinto de prática pedagógica, de ação pedagógica e de projeto pedagógico. O **Trabalho Pedagógico** é mais amplo. Envolve prática, ação, projeto e muito mais. É o todo em articulação, como uma engrenagem educativa que pulsa desde o momento em que se coloca o pé de lado de dentro, nas paredes, nos degraus da escada, no encontro, na convivência. O todo que educa com intencionalidade.

Caminho em direção a demonstração, a partir da percepção de quem vê a realidade do dia a dia da instituição como um prisma, do **Trabalho Pedagógico** do Ilê.

4 INSERÇÃO DE UMA PESQUISADORA CURIOSA

Início meu trabalho de campo, observação participante, após reunião com a coordenação da Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher, ocasião em que, acompanhada de minha orientadora, Prof.^a Doutora Karine dos Santos, entreguei minha carta de apresentação, solicitando a autorização para realizar a observação participante. Também apresento o tema do meu trabalho de conclusão do curso de pedagogia e a razão desta escolha. aguardo o retorno da coordenação por alguns dias, pois a **minha liberação dependia da apreciação do grupo de educadores**, que concordaram em me receber em suas oficinas.

Em um novo encontro com a coordenação, para organização da minha participação nas atividades, foi acertado que eu observaria e participaria nas oficinas que aconteciam nas terças-feiras, pela manhã, das 08hs às 11:30hs e nas quartas-feiras, à tarde, das 13hs às 17hs, pelo período de 60 dias.

Neste intervalo de tempo participo das oficinas de música, artes, saboaria, dos encontros do grupo de convivência e das reuniões de equipe, totalizando em 22 encontros. No primeiro dia de observação (27/10) participei da reunião de equipe, juntamente com a coordenadora e outras 10 pessoas que integram a equipe de trabalho do Ilê Mulher, sendo 7 educadores sociais, 1 funcionária responsável pela alimentação, 1 educador/recepcionista e 1 responsável pela organização e higiene.

Primeiramente me apresentei ao grupo e logo após, fiz um breve relato sobre o tema do meu TCC (o **Trabalho Pedagógico** desenvolvido no Ilê Mulher) e os motivos que me levaram a definir o trabalho desenvolvido pelo Ilê Mulher como tema da minha pesquisa. Na sequência **foram abordados assuntos elencados em pauta, assim como outros trazidos pelos educadores**, sendo estes: o relato de nova variante da Covid 19 e o aumento dos casos de testagem positiva entre os usuários e educadores, permanecendo a obrigatoriedade do uso de máscaras, da higiene das mãos e o distanciamento no auditório. Além do mais foram divulgadas as datas e locais do próximo encontro municipal, para preparação da Conferência Estadual e Nacional do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) e a visita do consultório na rua que aconteceria na semana seguinte. Com a proximidade do Dia das Bruxas (31/10), foram apresentadas ideias de decoração (com reaproveitamento de materiais de festas anteriores e reciclagem), dinâmicas (brincadeiras, contos de assombração relatados pelos usuários) e lanches, para comemorar a data.

Alguns dos educadores compartilham com o grupo, comentários sobre falas e atitudes inadequadas de usuários, reivindicações, questionamentos, críticas em relação aos filmes escolhidos pela maioria para tarde de cinema (sexta-feira). **Sobre estas questões ficou combinado que sempre que os usuários trouxeram dúvidas ou reivindicações, conforme as situações terão o retorno na hora, pois o usuário precisa de resposta a suas questões ou o assunto será pauta de assembleia.** Entre 27/10 a 24/11 participei das oficinas

de artes e saboaria, organizando materiais, dando sugestões e cooperando nas atividades.

Saboaria

A primeira oficina em que participei foi a de saboaria, ministrada pela educadora (F)¹⁰, formada em estética e cosmética. Fiquei encantada com a leveza com que a educadora, inicia a oficina, solicitando para que todos digam seus nomes e na sequência discorre sobre a origem do sabão. Conduzia o conteúdo teórico com tranquilidade tendo a participação dos usuários, que lembravam da fórmula, da proporção de cada elemento da composição do sabão. Neste primeiro dia foi interessante, pois a quantidade de soda que tinha não era o suficiente para fazer uma receita, como tudo tem que ser na medida certa, não foi possível produzir. Então a Educadora (F) convidou-nos a abrir as caixas onde estavam acondicionados os sabões produzidos em encontros anteriores.

As caixas estão datadas, pois é preciso um tempo de secagem, após a produção do sabão. Ao abriremos as caixas o perfume suave tomou conta do ambiente. Fomos orientados a separar por datas e aroma, e conforme desempenhávamos esta tarefa, a educadora (F) estava ali, explicando a questão do tempo de secagem do sabão, falando sobre os aromas (capim limão, alfazema), relatava a colheita de ervas na Redenção (Parque Farroupilha), em passeio com amigos e postas para desidratar. Vai em uma prateleira e pega um embrulho de jornal, abre e retira algumas ervas secas, desidratadas, expõe, nomeia, sugere que sintamos o aroma, o cheiro e a textura de cada planta.

Em um segundo encontro a educadora (F) inicia a oficina falando sobre a origem do sabão nos situando no espaço e no tempo, respondendo algumas perguntas dos usuários e seguindo para o momento da produção. Com a participação dos usuários colocou a fórmula, porção de cada um dos ingredientes necessários para a produção do sabão no quadro. Conforme a fórmula estava sendo colocada no quadro, os ingredientes iam sendo colocados em cima de uma mesa, sempre tendo o cuidado das regras de segurança, o uso de luvas além da máscara que já estávamos a usar em função da Covid 19. A feitura do sabão é

¹⁰A identificação de educadores, gestores e usuários serão suas iniciais, mantendo assim o seu anonimato, por uma questão de ética na pesquisa acadêmica.

coletiva, cada um faz um pouco, um pesa os ingredientes, o outro mexe a panela, o outro organiza as formas para modelar o sabão, outro vai lavando e organizando o material usado.

As formas de modelagem, em sua maioria, são produzidas no reaproveitamento de caixas de leite e reciclagem. Podemos então perceber o pedagógico não só na fala e didática da educadora, mas em toda a atividade. Ao longo de uma hora e quinze minutos, parece que o tempo parou, estávamos todos conversando com a educadora sobre os vários aromas dos sabonetes e quais suas indicações, a produção de sabonete e sabão líquido.

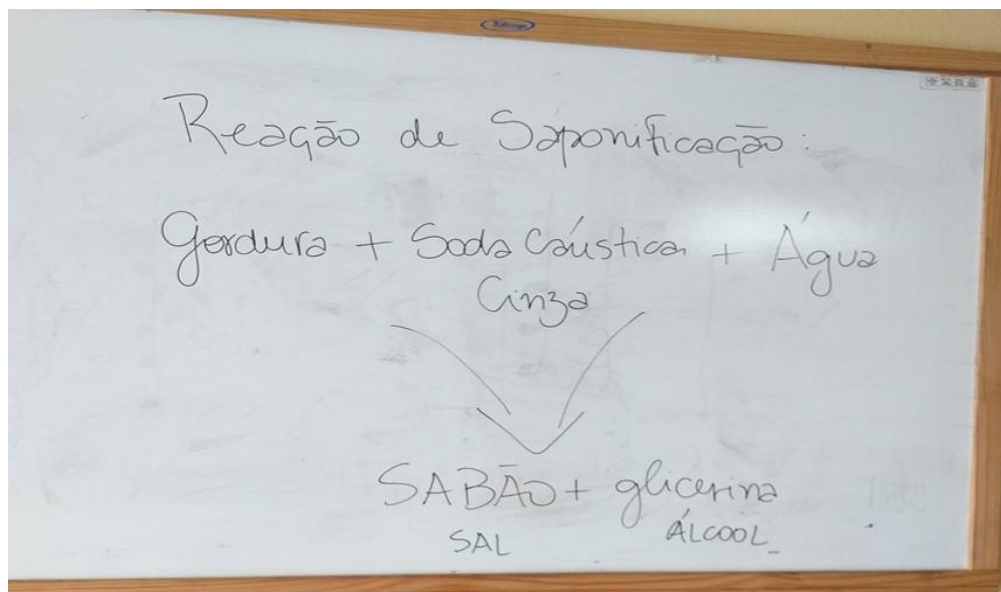
Neste momento o educador volante¹¹ entrou na sala avisando que o lanche do grupo está servido e começou a chamar os usuários pelo nome, solicitando que se dirigissem ao refeitório. Aproveitei que ficamos só eu e a educadora na sala, para conversar um pouco, buscando maiores informações sobre a oficina, sobre o planejamento, se tem, quando planeja, com que objetivo. Ela me relatou que sim tinha um planejamento, o qual era apresentado à coordenação a cada dois meses. Sobre os objetivos diz que é um resgate cultural, um de cuidado com o meio ambiente, quando usa óleo de cozinha usado e útil como material de higiene para os usuários.

Ao término do lanche poucos usuários voltam para as oficinas, normalmente eles já vão embora, para dirigir-se ao bandeirão, restaurante popular que está instalado nas proximidades do Ilê Mulher.

Para aqueles que voltaram a oficina a educadora fala sobre o reaproveitamento das lascas de sabão para produzir sabão líquido, ótimo para a lavagem de roupas, utensílios e até para o banho. Sugeri que os usuários, no próximo encontro, tivessem uma garrafa pet de 500ml, para transportar o sabão líquido que produziram. Naquele dia todos nós que participamos desta oficina ganhamos uma barra de sabão aromatizado. Esse encontro foi uma **aula sobre história, ciências, química e matemática baseada na oralidade, na interlocução entre os saberes populares e científicos.**

¹¹O educador volante é aquele que dá suporte durante as atividades diárias da instituição, auxiliando como por exemplo: avisar o horário do lanche, avisar quando a assistente social precisa tratar de assunto pessoal com algum usuário, entre outros.

Imagem 8: oficina de saboaria



Arquivo da pesquisadora

Artes

Particpei da oficina de artes no dia 08 de novembro de 2022, conduzida pelo educador (R) junto de outras 12 pessoas que acessam o SCFV. Esta atividade foi desenvolvida no auditório, espaço amplo, onde está instalado a aparelhagem audiovisual.

Assistimos ao filme *Amistad*¹² com direção de Steven Spielberg que traz ao diálogo a captura, transporte e a resistências de escravizados africanos, assim como os primeiros movimentos em busca da abolição da escravidão na América do Norte. Conforme a história foi se desenrolando os comentários entre os usuários foram surgindo:

"Te disse que nós sempre fomos explorados".

"Fomos escravizados, não, abolição tudo história, nós continuamos escravos".

"Resistência sempre, lutar para sobreviver".

¹²<https://www.adorocinema.com/filmes/filme-16168/trailer-19477819/>

Durante os 228 minutos de exibição do filme, 3 usuários foram chamados pelo educador volante, para conversar com a assistente social, sobre o CadÚnico. Ao chegar às 10h30min o educador volante outra vez vem ao auditório, agora para anunciar a hora do lanche. Nos dirigimos ao refeitório para lanchar, tendo o grupo que dividir-se em duas mesas, sentei com o grupo menor. Para o lanche foi servido: uma baguete recheada com mortadela, margarina, alface e tomate, um copo de café preto e uma banana.

Enquanto lanchávamos, alguns conversavam, outros mantinham-se silenciosos. Meus três acompanhantes de mesa estavam curiosos para saber mais de mim, idade, onde morava, porque voltei a estudar? Curiosos, interessados e se sentindo estimulados com a possibilidade de voltar também a escola com uma idade mais avançada. Nesta conversa falei sobre a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA), que acolhe a população em situação de rua, alguns já conheciam, outros não.

Ao findar o lanche, somente um pequeno grupo retorna ao auditório, para continuar assistindo ao filme.

Na oficina da semana seguinte, dia 16 de novembro, iniciamos a montagem de um painel com imagens relativas à semana da consciência negra. Para a montagem da base deste painel, foram utilizadas algumas caixas de papelão que iriam para o descarte. Estas caixas foram unidas com fita adesiva e pintadas logo após. O educador sugeriu dividirmos as tarefas. Dois jovens usuários, pegaram papel e lápis, fizeram uma breve pesquisa online e começaram a desenhar os rostos de personalidades negras brasileiras, para compor o painel.

Eu dividi a montagem da base do painel com outros dois usuários e um outro usuário já estava organizando a tinta, para iniciar a pintura da base. Foi usada uma tinta de secagem rápida, que possibilitou o início da montagem do painel ainda naquela oficina. Por motivos de saúde fiquei impossibilitada de participar das oficinas por um tempo e não consegui acompanhar a finalização do painel.

Imagem 9: Quadro da sala de arte.



Arquivo da pesquisadora

Estive impossibilitada de realizar a observação por um período, por motivos de saúde. Volto a campo no final do mês de fevereiro e foco na oficina de música, pois **percebo que quando falam na música, tem um grupo que fica eufórico.**

Música

Na primeira oficina de música que participei dia 7/03/23, o educador R, inicia falando sobre as notas musicais e em seguida propõem fazer uma música usando somente a nota Dó no teclado. Todos os que estiveram presentes na ocasião participaram deste exercício, que depois foi realizado com outros

instrumentos, como por exemplo: **com o violão, o violino e o cajon**, sendo este uma novidade para mim. **Conforme vai acontecendo a oficina, os participantes vão interagindo, aqueles que sabem um pouco mais, auxiliam aos novatos como eu, mostrando qual a melhor posição de pegar o violão e o violino, a posição dos dedos nas cordas para cada nota.** As oficinas seguintes como esta foram bem dinâmicas, com exibição de vídeos sobre a escala musical, ritmo e harmonia entre as notas musicais, tendo na sequência um exercício sobre o tema tratado. Dos vídeos assistidos destaco: Pitágoras e a Música - Donald no País da Matemática¹³ e o show "TODAS AS MULHERES"¹⁴.

Durante o período de observação tive meu primeiro contato com esses instrumentos musicais, toquei violino, violão, teclado, chocalho (reciclagem de tampinhas pet) e Cajon, um instrumento musical com formato de caixa. **Cantei junto com o grupo, foram momentos maravilhosos, de muita alegria, energia positiva e leveza.** Parecia que todos os problemas, que não são poucos para esta população, tinham sumido, fazendo jus ao ditado popular, que ouço desde criança "Quem canta seus males espanta". Nas oficinas de música que seguem **é possível perceber a alegria dos usuários por estarem ali, aprendendo e ensinando, interagindo, convivendo com seus pares** e do educador ao desenvolver este trabalho.

Grupo de Convivência

O grupo de convivência foi outra oficina que observei com a proposta de conhecer os temas por eles abordados e ouvir um pouco mais os usuários do SCFV. Meu contato com o grupo de convivência ocorreu no dia 13/03/2023, após aceite pelo grupo, de minha solicitação para participar temporária nos encontros. Participo do primeiro encontro com outras 18 pessoas, onde me apresento e falo um pouco sobre a pesquisa que estou elaborando. Na sequência é retomado o tema a ser discutido naquele encontro, sendo este o **caso Mariele Franco e Anderson Gomes e seus desdobramentos, assunto escolhido pelo grupo para aquele encontro, por estar próximo de completar 4 anos do assassinato da vereadora.** Foram distribuídos cards com palavras como: homofobia, racismo,

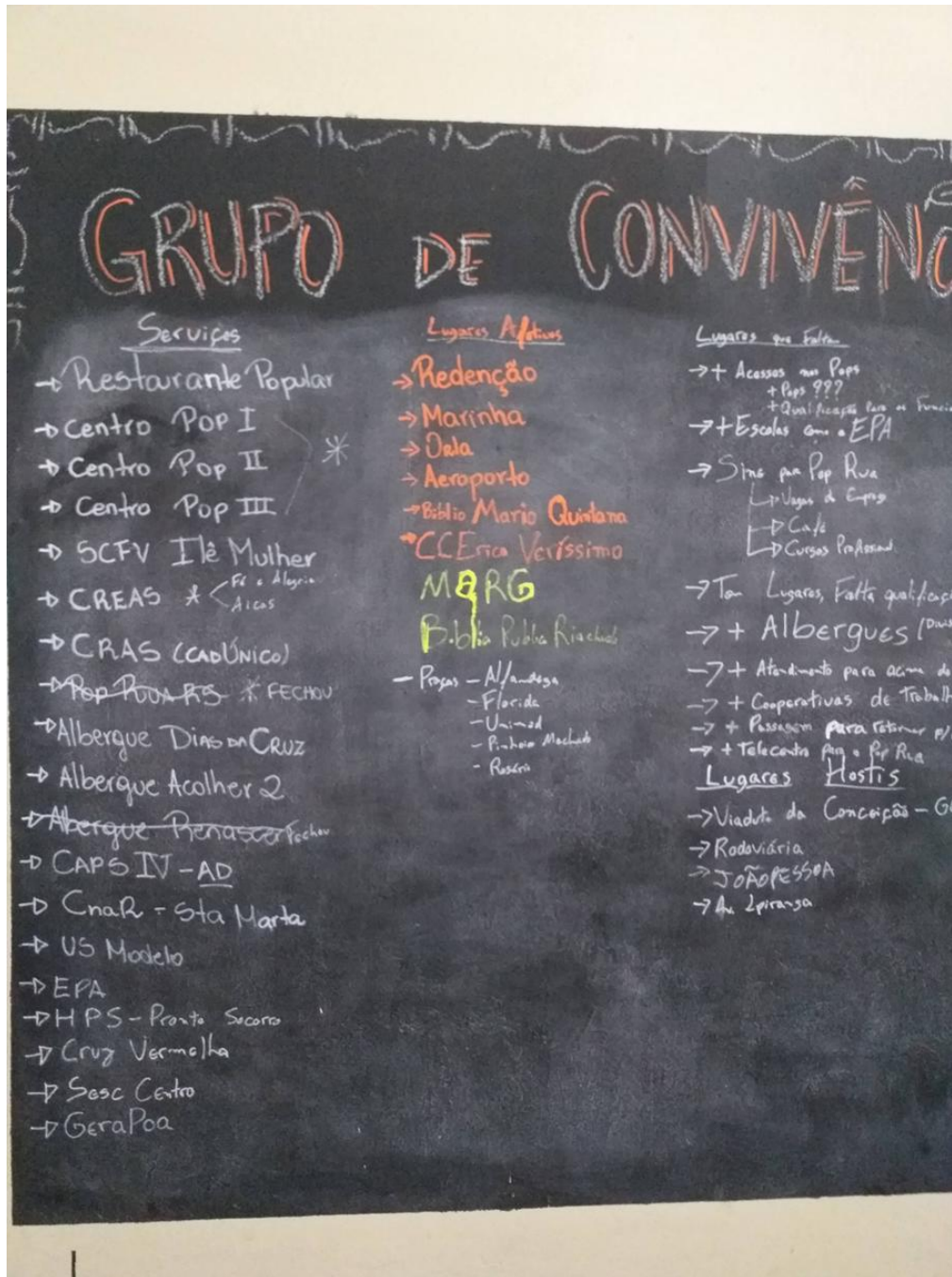
¹³ <https://www.youtube.com/watch?v=66l6MBQgcRg>

¹⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=jGs6cgyeZXs>

corrupção, direitos humanos, respeito, impunidade e intolerância, destes fluiu um amplo debate, que só parou quando anunciado o lanche. Após o lanche, como de costume voltam alguns, que já não conseguem retomar o assunto e acabam indo embora antes do horário de encerramento da oficina.

Aproveito este espaço de tempo, para conversar com a assistente social (P), que também é a educadora referência do grupo de convivência, procurando um pouco mais de informação sobre o funcionamento do SCFV Ilê Mulher. Meu interesse era saber como os usuários chegam ao Ilê Mulher? E se existe algum outro SCFV que atenda população em situação de rua em Porto Alegre? Segundo a assistente social, alguns usuários são encaminhados pelos parceiros da rede de apoio (CRAS, CREAS), outros de forma espontânea, porque alguém que já usou o serviço comentou sobre as oficinas. **“Estamos sempre de portas abertas para receber quem solicitar atendimento”** (assistente social P). Sobre outros espaços de atendimento, a assistente social afirma que no formato de SCFV existe somente o Ilê, mas que há outros serviços como o Centro Pop, com atendimento específico.

Imagem 10: Quadro Grupo de convivência



Arquivo da pesquisadora

O tema do encontro dia 20/03/23, do grupo de convivência, é a **discriminação racial**, por estarmos próximo ao Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial, celebrado em 21 de março. A partir de imagens e trechos de falas racistas, inicia-se uma conversa, que em certos momentos parecia briga, tamanha a empolgação dos interlocutores. Um usuário, ficou incomodado com a fala do outro e foi preciso explicar que o motivo da dinâmica era para refletirmos sobre o uso de alguns termos racistas que falamos cotidianamente, por exemplo: nega maluca - bolo de chocolate. **“Esta dinâmica é uma forma de nos mantermos vigilantes a expressões e atitudes”** (Fala da usuária T).

No dia, 27/02/23, o encontro do grupo de convivência começa com cada um dos presentes falando seu nome e local de origem. O tema proposto para a conversa é o aniversário de Porto Alegre, os lugares que gosta de estar na cidade, com qual bairro se identificam? Assistimos ao vídeo Porto Alegre de Volta ao Passado de 1848 a 1900¹⁵. Na sequência a conversa foi sendo conduzida pela educadora referência (P), com a sugestão de montarmos um cartaz sobre os bairros de Porto Alegre. A ideia era que cada pessoa escolhesse um número, que seria localizado na listagem de bairros disponibilizado pela prefeitura de Porto Alegre em seu site, localizassem no mapa e falasse se conhecia ou não aquele bairro, pontos de referência, entre outros. Foi uma manhã bem produtiva, tanto que os usuários voltaram do lanche para continuar a atividade.

O dia 17/04/ 23 foi de festa no Ilê Mulher. No encontro do grupo de convivência aconteceu um Sarau em comemoração aos 7 anos de retorno a atividade do Ilê Mulher. Nesta ocasião, **usuários, educadores, gestores e a estagiária tocaram e cantaram, declamaram poemas celebrando a existência deste espaço que acolhe, ouve, cuida e auxilia a todos que chegam**. E como era aniversário do Ilê teve bolo. Segundo o usuário R, *“o Ilê é um espaço de refúgio sempre que precisamos”*.

Dia 24/04 participei de mais um encontro do grupo de Convivência, o último encontro, momento em que tive que dar tchau, até breve, agradecer a acolhida, a contribuição com a minha aprendizagem. Neste encontro falamos de convivência e os usuários participaram definindo que conviver é: *“Compartilhar as diferenças respeitando as crenças”*; *“Troca de experiências”*; *“Convivência requer respeito*

¹⁵ https://www.youtube.com/watch?v=pM_GRdHaTIA

mútuo, que pode causar transformação, mas também pode causar subordinação, desumanização”; “A convivência pode gerar uma relação de afeto entre explorado e explorador”. Este encontro estendeu-se até as 10h30 hora do lanche, depois de lancharem os usuários foram embora. Encerro esta manhã por um lado feliz, agradecida ao SCFV Ilê Mulher pela oportunidade de conhecer o **Trabalho Pedagógico** ali realizado, mas ao mesmo tempo com o coração apertado, por ter de ir, mas é preciso a vida seguir. Sentirei falta da alegria contagiante das oficinas de música, assim como dos diálogos potentes nos encontros do grupo de convivência, os quais observei e participei por mais tempo. Bom para finalizar isso é um até breve, me aguardem eu voltarei.

5 (IN)CONCLUSÕES

Início a (in)conclusão desta pesquisa lembrando Freire “Somos seres inacabados”, ou seja, em constante transformação e assim como nós a pesquisa tem a finalidade de buscar novos conhecimentos, sendo assim seguirei pesquisando sobre o **Trabalho Pedagógico** do SCFV Ilê Mulher, sendo uma pesquisadora curiosa pelo mundo e pelos seres humanos.

Esta pesquisa atinge agora o seu primeiro ponto de parada, espaço para refletir sobre o caminho trilhado, os dados coletados nas observações dialogando com os teóricos estudados na busca por respostas ao meu tema de pesquisa: Como é desenvolvido o **Trabalho Pedagógico** para e com adultos em situação de rua no Serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, do Ilê Mulher. Para ilustrar esse diálogo destaco trechos do capítulo anterior, que a meu ver evidenciam o **Trabalho Pedagógico** realizado no SCFV Ilê Mulher,

“Minha liberação dependia da apreciação do grupo de educadores”.

“Neste dia, quando chegamos ao SCFV Ilê Mulher, notei que tem uma pia, álcool gel, cartazes solicitando o uso de máscara e a identificação de quem acessa o SCFV”.

É possível perceber que o pedagógico deste espaço educativo não se restringe às oficinas, não se resume a uma prática pedagógica, mas é toda uma construção coletiva. Como relatei na introdução, já conhecia o SCFV Ilê Mulher, desde 2018, sabia da sua importância para população em situação de rua, mas não tinha a dimensão do **Trabalho Pedagógico** ali realizado. Nos dias que se seguem, enquanto aguardo ansiosa o chamado da coordenação, me ponho a analisar os motivos pelos quais era preciso a liberação do grupo de educadores do Ilê. Então entendi, é uma questão de respeito e cuidado com os educadores, colaboradores e usuários que acessam o SCFV.

“A partir da liberação sou convidada a participar da primeira reunião, onde “foram abordados assuntos elencados em pauta, assim como outros trazidos pelos educadores”, dentre estes destaco: o aumento dos casos de covid 19 entre os usuários, o próximo encontro municipal do MNPR e a visita do consultório na rua. Estes assuntos foram a principal pauta, onde juntos planejaram a abordagem destes com os usuários, na acolhida do dia seguinte. A acolhida vai além de receber os usuários, também é o momento da devolutiva sobre os assuntos de interesse dos usuários, discutidos em reunião de equipe”.

Identifico então como princípios fundamentais de funcionamento do SCFV Ilê Mulher o diálogo, tendo como centralidade o sujeito, que na concepção de Fuentes e Ferreira (2017):

Esses sujeitos, agora protagonistas do trabalho pedagógico, não são neutros nem destituídos de sua historicidade e de seus desejos. Estão imersos em um processo educativo cujos objetivos podem ainda se mostrar distantes, até mesmo utópicos, mas são seu ponto de partida. A dimensão social se expande a partir da produção de um trabalho pedagógico associado à prática social, reconhecendo e respeitando as realidades dos sujeitos. (Fuentes e Ferreira, 2017 p. 08)

Esse respeito à realidade dos sujeitos está evidenciado, no Ilê, em todas as ações, espaços e encontros. O trabalho com populações em situação de rua é exigente. E essa exigência precisa se traduzir em ações e práticas que façam sentido.

Vincular Outros sujeitos com outras pedagogias supõe indagar quem são esses Outros na nossa história e reconhecer com que pedagogias foram inferiorizados e decretados inexistentes, mas também com que pedagogias resistem e se afirmam ao longo da nossa história. Na diversidade da presença os Outros sujeitos são eles e elas tal como feitos e tal como se fazem. As outras pedagogias são, de um lado, essas brutais pedagogias de subalternização e, de outro, as pedagogias de libertação de que são sujeitos. (Arroyo, 2014, p. 37)

É no cotidiano que essa pedagogia de e com as pessoas em situação de rua são tecidas. À exemplo o observado na oficina de convivência quando o caso Mariele Franco e Anderson Gomes e seus desdobramentos foram trazidos para discussão. O assunto foi escolhido pelo grupo para aquele encontro. No contexto o tema da discriminação racial ganhou espaço. Fica evidente que a composição entre a intencionalidade do educador e o que os sujeitos trazem consigo para contribuir é a força que constrói essa pedagogia. Na fala de um dos usuários a expressão que permite visualizar melhor: *“Esta dinâmica é uma forma de nos mantermos vigilantes a expressões e atitudes”*.

No Grupo de Convivência, os participantes juntamente com o educador decidem o tema a ser tratado em cada encontro. Estes temas que envolvem a discriminação, a intolerância, a homofobia, fazem parte do cotidiano, para alguns de forma discreta em tom de brincadeira, para outros de forma mais agressiva, violenta como foi o caso da vereadora e seu motorista Anderson. Segundo Arroyo (2014),

Na medida em que as lutas dos diferentes por direitos avançam e se politizam, instaura-se um estado de tensões no campo dos direitos. Tensões mais politizadas na medida em que os sujeitos dessas lutas são os coletivos feitos tão desiguais porque diferentes. As formas inferiorizantes, subalternas de pensá-los e tratá-los em nossa história são respostas com conotações específicas porque diferente. (Arroyo 2014, p.121)

Reconhecendo que o objeto do trabalho do Ilê são as vidas dos sujeitos em situação de rua, suas trajetórias, suas marcas, seus desejos e anseios, o direcionamento do Trabalho segue vinculando a convivência e consciência. A fala da coordenadora, quando uma das educadoras relatou as queixas trazidas por uma usuária do SCFV Ilê Mulher, sobre o filme que assistiram, de que “conforme as situações terão o retorno na hora, pois o usuário precisa de resposta a suas questões ou o assunto será pauta de assembleia”. Revela que o exercício é efetivar uma ação que se consolide no tempo e espaço de um encontro, pois aquele sujeito que ali está naquele momento pode não voltar, por isso a resposta precisa ser construída no momento em que a pergunta é realizada.

Outra situação que demonstra a necessidade de construção efetiva de uma resposta, foi quando, no grupo de convivência, uma usuária fez uma fala homofóbica e assim iniciou-se um diálogo mais acalorado com outras três usuárias trans, até que a coordenadora chegou e acabou com a discussão, chamando as envolvidas para mediar o conflito.

Ao mesmo tempo em que as questões da vida cotidiana vão compondo o repertório dos encontros, a chave de ligação vem por meio da arte. É na produção artístico-cultural que a convivência se expande, percebido nas passagens da vivência-observação,

Estes foram momentos de uma alegria contagiante, tipo festa de família. É incrível o poder da música no ser humano, as pessoas sorriem aos primeiros acordes, até quem não gosta de dançar ou não sabe como eu, fica animado com uma boa música. Novamente repito o ditado popular “Quem canta seus males espanta” A música é o remédio da alma. A oficina de música é com certeza um dos motivos pelo qual muitos usuários acessam o SCFV Ilê Mulher.

Cantei junto com o grupo, foram momentos maravilhosos, de muita alegria, energia positiva e leveza.

Usuários, educadores, gestores e a estagiária tocaram e cantaram, declamaram poemas celebrando a existência deste espaço que acolhe, ouve, cuida e auxilia a todos que chegam.

A música é uma linguagem, feita de ritmos e sons, capaz de despertar e exprimir sentimentos. Representa uma fonte importante de estímulos, equilíbrio,

felicidade e autoestima para o indivíduo, através de seu poder criador, torna-se um poderoso recurso educativo a ser usado com a população adulta em situação de rua.

No contexto social a música e a expressão corporal a tem a finalidade de ampliar e facilitar a aprendizagem do educando, pois ensina o indivíduo a se desinibir, ouvir, escutar, melhorar o vocabulário, o desenvolvimento da fala, o autocontrole, orientação espacial e temporal, antes e depois, posição, direção, lateralidade, formas geométricas, coordenação motora, gestos, expressão facial, a percepção de silêncio, auditiva e visual de maneira ativa e refletida. Além de ser um instrumento facilitador do processo de aprendizagem.

O trabalho de expressão corporal se utiliza de várias técnicas que ampliam o vocabulário de movimentos e o entendimento dessa forma de expressão, despertando a consciência do nosso corpo e de nós mesmos enquanto sujeitos inseridos em um ambiente social e cultural.

Para concluir, o SCFV Ilê Mulher desenvolve um Trabalho Pedagógico desde a fila de espera, antes de os usuários entrarem pela porta, até em seu banheiro. Por todos os espaços encontramos formas pedagógicas de comunicar-se. Quem chega ao Ilê encanta-se, sente-se acolhido, pois desde educador/recepcionista, todos os educadores, coordenação são educados, receptivos e tranquilos. Desde que chega, com os comunicados em cartazes, para higienizar as mãos, passando pela escada, o cesto de camisinhas próximo ao auditório, às paredes do refeitório, o corredor, as salas das oficinas. O **Trabalho Pedagógico** está presente em todos os ambientes do SCFV.

A única questão que ficou em aberto, deixando um espaço a ser conversado foi a acessibilidade, que não tem rampa para cadeirantes acessarem ao andar de cima, ambiente onde acontecem a maior parte das oficinas.

Então, chego ao final da primeira etapa da minha subida rumo ao cume da montanha. Com toda certeza outras vezes terei que parar para visualizar o que já avancei e o que ainda é preciso avançar para chegar ao meu objetivo, tomar fôlego e seguir. Mas uma coisa é certa, o sentido do meu olhar é um só, para frente, buscando maiores aprendizados, novos objetivos e buscando sempre a conclusão, mesmo quando inconclusiva.

6 REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

_____. LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Consolidada com a Lei nº 12.435/2011. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Norma Operacional Básica NOB/SUAS Brasília: DF, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

_____. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2009.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instrução Operacional Conjunta Senarc/SNAS/MDS Nº 07 de 22 de novembro de 2010. Brasília: DF, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Perguntas e Respostas sobre Serviço Especializado de Abordagem Social. Cadernos SUAS e população de Rua, vol. IV. Brasília: DF. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP. SUAS e População em Situação de Rua. Volume 3. Brasília, DF, 2011.

_____. Guia de Atuação Ministerial: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua / Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP, 2015.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Síntese da Política Para População em Situação de Rua, Brasília, DF, 2020.

FERNANDES, Juliana. SUAS E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: Normativas sobre a atenção à População em Situação de Rua. Disponível em: <https://craspsicologia.files.wordpress.com/2014/06/julianafernandes.pdf> Acesso: dez de 2023.

FERREIRA, L. S. Trabalho pedagógico. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. et al. Dicionário trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: Faculdade de Educação UFMG, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/trabalho-pedag-gico/> Acesso: dez de 2023.

FUENTES, Rodrigo Cardoso; FERREIRA, Liliansa Soares. Trabalho pedagógico: dimensões e possibilidade de práxis pedagógica. **Perspectiva**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 722–737, 2017. DOI: 10.5007/2175-795X.2017v35n3p722. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2017v35n3p722> Acesso em: jan 2023.

FUENTES, Rodrigo Cardoso. Dimensões do trabalho pedagógico nos cursos superiores de tecnologia da UFSM: uma análise dialética. 2017. 2213 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

HOWES NETO, G. . Desafios para o Trabalho Pedagógico no Ensino Superior. (Palestra) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil> Acesso: dez de 2023.

O Trecheiro: Notícias do Povo da Rua Nº 177 Anos XIX Maio de 2009

LIBÂNIO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 2002.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em Educação: bordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MENEZES, Daiane Boelhouver; GRASSI, Ana Clara. População em situação de rua no Rio Grande do Sul de acordo com o Cadastro Único. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2022. Relatório Técnico.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Alfredo Almeida Pino de. Análise documental do processo de capacitação dos multiplicadores do projeto “Nossas crianças: Janelas de

oportunidades” no município de São Paulo à luz da Promoção da Saúde. 2007. 210 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Coletiva) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SARAMAGO, José. Ensaio sobre a cegueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHUCH, P. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In: FONSECA, C.; MACHADO, H. (Orgs.). Ciência, identificação e tecnologias de governo. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Cegov, 2015. p. 121-145.

SCOTT, James. Seeing Like a State. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven and London, Yale University Press, 1998.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ESTUDOS QUANTI-QUALITATIVOS POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE PORTO ALEGRE. RELATÓRIO FINAL. Porto Alegre: UFRGS, 2016.